

PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

PROCESSO SELETIVO – EDITAL 05.2025 – EDUCAÇÃO

SUPERIOR COMPLETO – MANHÃ

CARGOS: 301 – PROFESSOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PDI),
302 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PEI),
303 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB I – 1º AO 5º ANO,
304 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB I – EDUCAÇÃO ESPECIAL,
305 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – ARTES,
306 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – CIÊNCIAS,
307 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – EDUCAÇÃO FÍSICA,
308 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – GEOGRAFIA,
309 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – HISTÓRIA,
310 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – INGLÊS,
311 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – MATEMÁTICA E
312 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – LÍNGUA PORTUGUESA

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 1

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado.

Na frase “Quem pode o que não pode impõe e manda” não há nenhuma referência a obedecer se tiver juízo. A frase apresenta que aquele que faz o impossível (pode o que não pode) está em vantagem (impõe e manda), isso dentro do contexto de um poema que incentiva o leitor a ir além. Desse modo, a alternativa “D” é incorreta.

Da mesma forma, a alternativa “B” não pode ser considerada correta porque o poema diz que quem ama vence muitas estranhezas o que é muito diferente de dizer que quem ama entende ou acha que vencer e algo estranho (é muita estranheza como apresenta a alternativa), portanto essa proposição não está em nada alinhada com o texto, que exorta a pessoa que ama a vencer mesmo o que é estranho e não achar estranho vencer.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 2

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado.

A palavra cometer não pressupõe uma conotação negativa de acordo com o que consta nos mais diversos dicionários.

Por exemplo, de acordo com Aulete online, cometer é:

1. *Fazer, praticar, levar a efeito; empreender, levar avante mesmo com risco; PERPETRAR [fd.: cometer um erro, uma injustiça, um pecado: cometer um ato de valor, um gesto solidário etc.*

Diante do exposto, a única alternativa correta é a “B”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 4

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado.

De fato, uma vez que a primeira frase propõe algo que não pode matar uma sede literal, que é a necessidade de água, ao apontar para o amor, temos claramente a palavra “sede” usada em um sentido fora do que é o típico, o dicionarizado. Sendo assim, o uso é figurado.

A palavra durezas, por sua vez, é usada em sentido literal, uma vez que a frase apresenta que o que será derretido pelo Sol é a dureza da cera, que é mesmo um material duro ou rígido a não ser que seja derretido pelo calor (no caso, do calor do Sol).

Quanto ao possível sentido figurado, o contexto de um poema e, ainda mais, um poema barroco convida o leitor a atribuir sentidos figurados ao que diz, porém, o vocabulário “durezas” se encerra em uma frase em que só pode ter sentido literal uma vez que se relaciona a algo material. A frase, ou mesmo a estrofe em que ela está, convida o leitor a atribuir sentidos além do literal pelo contexto de um poema, mas isso não exclui seu sentido literal, apenas o complementa.

Por fim, uma interpretação afinada com o restante do texto do trecho em questão seria que o poder do Sol de derreter aquilo que é duro (As durezas da cera o Sol abranda,) e endurecer aquilo que é brando (E da terra as branduras endurece,) é oferecido como um paradigma de comportamento para o interlocutor (Fábio) porque “Atrás do que resiste o raio se anda”, isto é, o raio do Sol “insiste” e briga com aquilo que resiste até provocar transformação. Sendo assim, não é bem uma metáfora, mas sim um exemplo a ser seguido. Claro, não se pode ser literalmente o Sol, mas se pode buscar agir como um de seus raios e buscar a transformação, o que se alinha com o conselho geral do poema que é “aquele que ama é capaz de conseguir o que parece impossível”.

Dizer que “durezas” significa os problemas da vida se afasta do sentido geral do poema que não fala bem de superar dificuldades já que vai além e aborda a conquista do impossível. Dentro dessa interpretação de que “durezas” são as dificuldades, o Sol poderia ser considerado o “amor”, mas o que seria a cera então que é de fato o que é derretido pelo Sol? Um amor que ajuda a lidar com a “durezas” da vida apontaria para um amor brando, gentil e que provê conforto, enquanto o amor que é descrito pelo poema tem caráter forte, determinado e a propriedade de transformar o que for e não apenas diminuir eventuais sofrimentos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 5

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado.

A alternativa “D” é incorreta porque, uma vez que a crase representa a união de uma preposição e um artigo feminino, ela ocorre com verbos transitivos indiretos e “endurecer” é um verbo transitivo direto de acordo com o Dicionário Prático de Regência Verbal de Celso Luft.

Por sua vez, em “O raio segue à procura de quem resiste” a expressão “à procura” é uma locução adverbial que modaliza o verbo “segue” e a crase é obrigatória em locuções adverbiais femininas. Quanto à ambiguidade da frase, a ela se poderia atribuir o sentido de que o raio segue “a procura de quem resiste” e, nesse caso, essa procura seria aquela de quem resiste. Porém, considerando que essa é uma interpretação pouco usual, que não há nenhuma outra alternativa correta é que “à procura” é uma locução adverbial comum, não há motivo para não considerar a alternativa “B” correta.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS GERAIS EM EDUCAÇÃO (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 6

O recurso é improcedente, pois conforme o subitem 8.9 do Capítulo VIII (Dos Recursos), **não serão apreciados os recursos que forem apresentados:** 8.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 8.9.2. Fora do prazo estabelecido; 8.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; e 8.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 8.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 8.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 7

O recurso é improcedente, pois a referida questão foi embasada na literatura apresentada no Edital do Certame “COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o Trabalho em Grupo. Estratégias para salas de aula heterogêneas. Porto Alegre. Penso, 2017”, conforme segue:

Grupos pequenos não são a solução para todos os problemas de ensino-aprendizagem. Eles são apenas uma ferramenta útil para tipos específicos de objetivos de aprendizagem, especialmente relevantes para salas de aula com alunos de diferentes níveis de aprendizagem e proficiência na língua de instrução. A escolha pelo trabalho em grupo como uma estratégia depende do que o professor está tentando alcançar. A maioria dos professores lança mão dos grupos em complementação a uma variedade de outros formatos de aula para diferentes atividades.

O QUE É TRABALHO EM GRUPO?

Este livro define *trabalho em grupo* da seguinte forma: alunos trabalhando juntos em grupos pequenos de modo que todos possam participar de uma atividade com tarefas claramente atribuídas. Além disso, é esperado que os alunos desempenhem suas tarefas sem supervisão direta e imediata do professor. Trabalho em grupo não é a mesma coisa que agrupamento por habilidade, no qual o professor divide a sala por critério acadêmico para que possa ensinar para grupos mais homogêneos. Também deve se fazer a distinção do trabalho em grupo no qual o professor faz agrupamentos para instrução intensiva, tais como os agrupamentos temporários utilizados para ensino individualizado de leitura ou ensino personalizado.

Quando a professora propõe aos alunos uma atividade em grupo e permite que eles se esforcem sozinhos e cometam erros, ela delega autoridade. Essa é a primeira característica-chave do trabalho em grupo. Delegar autoridade em uma atividade é fazer com que os alunos sejam responsáveis por partes específicas de seu trabalho; os alunos estarão livres para cumprir suas tarefas da maneira que decidirem ser a melhor, mas ainda são responsabilizados pela entrega do produto final à professora. Delegar autoridade não significa que o processo de aprendizagem está sem controle; a professora mantém controle por meio de avaliação do produto final do grupo e do processo pelo qual os alunos passaram para chegar àquele produto. A professora também mantém a responsabilização dos membros do grupo por meio de relatórios curtos

A única alternativa correta é a “A” porque está exatamente conforme consta na referida literatura. O termo “sem supervisão direta e imediata” não quer dizer “eliminar a função do professor como mediador”. No trabalho em grupo, espera-se que os alunos desenvolvam autonomia, realizando as tarefas sem a supervisão direta e constante do professor. O docente orienta, acompanha e intervém quando necessário, mas não controla cada passo.).

A alternativa “B” é incorreta porque **não** é a mesma coisa que agrupamento por habilidade. A alternativa “C” é incorreta porque o professor **delega autoridade** e não simplesmente “transfere sua responsabilidade”. A alternativa “D” é incorreta porque, apesar de realmente ser uma ferramenta útil para diferentes objetivos de aprendizagem, não há como afirmar que seja a solução para **todos** os problemas de ensino-aprendizagem, como descrito na alternativa. Inclusive, no próprio recurso o candidato reconhece tal erro ao mencionar que “a primeira oração é hiperbolizada e incorreta (nenhum método é solução universal)”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 9

O recurso é improcedente, pois a proposição I é incorreta quando afirma que “É o resultado da execução da tarefa que deve ser avaliado”, visto que de acordo com a publicação “Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusiva Escolar. Brasília. Ministério da Educação Especial, 2010”, fascículo 6, página 19: “**não** é o resultado da execução da tarefa que deve ser avaliado, mas se o recurso permitiu ao aluno participar da atividade e atingir o objetivo educacional pretendido por ela”, *in verbis*:

1.3. MANEJO DE FERRAMENTAS, PRODUÇÃO GRÁFICA E ARTÍSTICA

No cotidiano da escola, os alunos vivenciam experiências variadas.

Para o desenvolvimento das atividades ligadas às disciplinas escolares é comum o uso de tesoura, cola, papéis, tintas, materiais esportivos, microscópio, tubos de ensaio, vídeos, etc.

Em cada uma destas situações, o aluno com deficiência necessita de uma avaliação que tem por objetivo identificar a necessidade de se introduzir um recurso diferenciado que lhe possibilite participar das atividades com seus colegas.

Ao introduzir um recurso, o professor precisa ter clareza do objetivo educacional que está sendo pretendido por meio daquela atividade. **Não é o resultado da execução da tarefa que deve ser avaliado, mas se o recurso permitiu ao aluno participar da atividade e atingir o objetivo educacional pretendido por ela.**

Por exemplo, quando o professor propõe ao aluno realizar uma pesquisa sobre um tema específico e expressar seu conhecimento através de uma produção textual escrita, o resultado final esperado não é o texto em si, mas o conhecimento adquirido após a pesquisa e este pode ser manifestado pelos alunos de várias formas. Um aluno com dificuldade motora e impedimentos para escrever textos longos pode demonstrar o que aprendeu por meio da fala; o aluno que não fala, pode expressar-se pela escrita ou pelas pranchas de comunicação.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 11

O recurso é improcedente, pois o enunciado era claro ao mencionar “No que se refere à universalização da educação, **o Plano Municipal de Educação**”. O Plano Municipal de Educação de Itatiba constava no conteúdo programático do certame, sendo, portanto, pertinente o conhecimento acerca de seu conteúdo. A alternativa “B” é a única que está de acordo com o disposto na Lei n.º 4.845/2015, que institui o Plano Municipal de Itatiba, em seu anexo único, conforme segue:

EIXO 1 - UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

1.1. Ampliar a oferta de vagas na educação infantil municipal mediante a construção de novas unidades, ampliando consequentemente os recursos humanos especializados, bem como materiais e equipamentos adequados em regime de colaboração entre a União e o Estado. A expansão da rede pública municipal de educação infantil deverá seguir o padrão nacional de qualidade, considerando a peculiaridade local;

1.2. Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. As matrículas e os cadastros serão realizados mensalmente (na primeira semana de cada mês), no primeiro ano da vigência do Plano, bimestralmente no segundo ano, e poderá se estender semestralmente até a vigência do plano ou a necessidade municipal. As crianças serão classificadas em lista de espera até o atendimento, de acordo com normas próprias da Secretaria da Educação;

1.3. Disponibilizar a lista de espera no Portal da Transparéncia, no respectivo site da PMI, observadas as atualizações mensais, após o período de inscrição, apresentando os resultados atingidos/ obtidos;

1.4. Articular temporariamente, se necessário, a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades benfeiteiros de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública, desde que atenda os indicadores de qualidade e as orientações da supervisão escolar;

1.5. Aprimorar e ampliar o atendimento das populações itinerantes, do campo e do Quilombo Brotas na educação básica, atendendo às especificidades, respeitando e preservando as culturas locais dessas comunidades;

1.6. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e frequência das crianças na educação básica, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, identificando as causas de absenteísmo;

1.7. Promover a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens, fora da escola, em parceria com órgãos públicos municipais e estaduais de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, monitorando as ausências por meio de gerenciamento de dados eletrônicos;

1.8. Realizar e publicar, no primeiro mês letivo de cada ano, com a colaboração da União e do Estado, o levantamento da demanda manifesta pela educação infantil, bem como planejar e verificar o atendimento;

1.9. Ampliar gradativamente escolas de educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e, no caso da rede municipal, conforme orçamento previsto no regime de colaboração com Estado e União;

1.13. Promover ações que universalizam o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, através da articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação;

1.14. Garantir a matrícula de toda a população, interessada na escola pública, de 04 (quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, necessidades educacionais especiais, transtornos ou com altas habilidades/superdotação;

A alternativa “D” é incorreta, pois, tanto o Plano Municipal de Itatiba quanto o Plano Nacional de Educação deixam claro que a garantia deve ser até 17 anos, e não apenas 16 como consta no texto, não atendendo, portanto, “à totalidade da população em idade escolar” conforme menciona o argumento. Não há como considerar que “a idade não inviabiliza o caráter universalizante” uma vez que ela exclui determinada faixa etária. Necessário também considerar que a legislação inicia a garantia de matrícula aos 4 anos, e não desde o nascimento conforme mencionado na alternativa.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 12

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 12, anulando-a.

QUESTÃO 14

O recurso é improcedente, pois a alternativa “C” está em desconformidade com o disposto na publicação “A escola comum inclusiva. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusiva Escolar. Brasília. Ministério da Educação Especial, 2010”, fascículo 1, página 8, conforme segue:

A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - A Escola Comum Inclusiva

mo igualmente determina alguns privilegiados.

A educação inclusiva questiona a artificialidade das identidades *normais* e entende as diferenças como resultantes da multiplicidade, e não da diversidade, como comumente se proclama. Trata-se de uma educação que garante o direito à diferença e não à diversidade, pois assegurar o direito à diversidade é continuar na mesma, ou seja, é seguir reafirmando o idêntico.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 15

O recurso é improcedente, pois há um equívoco por parte do candidato quanto ao texto da alternativa mencionada.

A alternativa “C” não menciona “recenseamento escolar”, conforme segue:

15. Em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá
- (A) recensear semestralmente as crianças e adolescentes em idade escolar.
 - (B) divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, exceto creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, sem divulgar os critérios para a elaboração da lista.
 - (C) zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
 - (D) garantir somente aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, desde que diretamente realizadas por ele.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

301 – PROFESSOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PDI)

QUESTÃO 16

O recurso é improcedente, pois conforme o subitem 8.9 do Capítulo VIII (Dos Recursos), **não serão apreciados os recursos que forem apresentados:** 8.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 8.9.2. Fora do prazo estabelecido; 8.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; e 8.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 8.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 8.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 17

O recurso é improcedente, pois de acordo com Baptista, p. 11: Finalmente, há que se ressaltar que não é na educação infantil que a criança inicia sua alfabetização. Esse processo se inicia fora das instituições escolares e, muitas vezes, antecede a entrada da criança nessas instituições. Também não é nessa etapa educativa que a alfabetização se completará. **A educação infantil tem como principal contribuição para esse processo fazer com que a criança se interesse pela leitura e pela escrita, que ela deseje aprender a ler e escrever e, ainda, fazer com que ela acredite que é capaz de fazê-lo.**

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 18

O recurso é improcedente, pois conforme o subitem 8.9 do Capítulo VIII (Dos Recursos), **não serão apreciados os recursos que forem apresentados:** 8.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 8.9.2. Fora do prazo estabelecido; 8.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; e 8.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 8.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 8.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 23

O recurso é improcedente, pois conforme o subitem 8.9 do Capítulo VIII (Dos Recursos), **não serão apreciados os recursos que forem apresentados:** 8.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 8.9.2. Fora do prazo estabelecido; 8.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; e 8.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 8.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 8.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois a única alternativa correta é a “D” porque, segundo Piaget, há três tipos de conhecimento envolvidos: físico, lógico-matemático e social. As crianças menores ou que tiveram pouco contato com material escrito, por exemplo, precisarão lidar por mais tempo com material concreto (letras,

livros, revistas etc.), enquanto outras já poderão iniciar com jogos e atividades que envolvam a própria leitura e o significado das palavras (conhecimento lógico-matemático).

Conhecimento físico: **É aquele que se pode obter pela manipulação direta dos objetos. Por exemplo: pegar na mão um cubo de madeira e sentir sua textura, seu peso, enfim, suas propriedades. Atirar diferentes objetos para cima e ver o que acontece.** Para se obter um conhecimento físico é preciso tocar, sentir os objetos. Passando isto para a área da alfabetização, é o conhecimento que obtemos ao ver (ou tocar) uma letra, uma sílaba, uma palavra, um texto escrito. A função do professor em relação a um conhecimento físico é trazer material para a sala de aula e incentivar os alunos a sentirem, tocarem, explorarem o material, fazendo perguntas do tipo: o que acontece se (eu juntar, separar, soltar) ...?

Conhecimento motor: Esse aspecto não foi explorado por Piaget, mas é muito importante, pois está relacionado à melhoria motora que ocorre quando é feito um exercício. Exemplo: aprender a andar de bicicleta. Num primeiro momento a criança precisa utilizar muito seu neocortex, pois cada uma das atividades motoras, como equilibrar-se e andar, passa por ele em forma de informação lógica e ordenada: girar os pedais, mexer no guidom etc. Porém, à medida que essa sequência motora é repetida, a informação não necessita mais do neocortex e são estabelecidas sinapses diretas em nível muscular e do cerebelo, encurtando o tempo de reação e aumentando a precisão de movimentos. Quando isso acontece, o neocortex fica liberado para outras funções como verificar se existem pessoas ou outros obstáculos para ultrapassar. Esse tipo de conhecimento só acontece por meio do exercício motor. Quanto mais o realizamos, mais automatizado ele fica.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois de acordo com as autoras, há 8 princípios, o texto contido na alternativa “A” é o que se refere ao princípio da intenção. Já o texto contido na alternativa “C” refere-se ao princípio da situação-problema.

Quatro passos eram considerados norteadores da planificação de um projeto: decidir o propósito do projeto, realizar um plano de trabalho para sua resolução, executar o plano projetado e julgar o trabalho realizado.

Dewey afirmava que “projetar e realizar é viver em liberdade” e levantava como princípios fundamentais para a elaboração de projetos na escola:

- a) princípio da intenção – toda ação, para ser significativa, precisa ser compreendida e desejada pelos sujeitos, deve ter um significado vital, isto é, deve corresponder a um fim, ser intencional, proposital;
- b) princípio da situação-problema – o pensamento surge de uma situação problemática que exige analisar a dificuldade, formular soluções e estabelecer conexões, constituindo um ato de pensamento completo;
- c) princípio da ação – a aprendizagem é realizada singularmente e implica a razão, a emoção e a sensibilidade, propondo transformações no perceber, sentir, agir, pensar;
- d) princípio da real experiência anterior – as experiências passadas formam a base na qual se assentam as novas;⁴
- e) princípio da investigação científica – a ciência se constrói a partir da pesquisa, e a aprendizagem escolar também deve ser assim;
- f) princípio da integração – apesar de a diferenciação ser uma constante nos projetos, é preciso partir de situações fragmentadas e construir relações, explicitar generalizações;
- g) princípio da prova final – verificar se, ao final do projeto, houve aprendizagem e se algo se modificou;
- h) princípio da eficácia social – a escola deve oportunizar experiências de aprendizagem que fortaleçam o comportamento solidário e democrático.

O princípio da intenção, conforme alternativa “A”, diz respeito ao sentido interno da ação: o aluno precisa querer, entender e atribuir significado ao que está fazendo.

O princípio da situação-problema, conforme alternativa “B”, diz respeito ao estímulo externo que provoca o pensamento: uma situação desafiadora que leva o aluno a investigar, refletir e solucionar.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 28

O recurso é improcedente, pois é importante esclarecer que a bibliografia constante no edital possui caráter sugerido, não obrigatório, tendo como finalidade orientar o estudo dos candidatos, e não limitar as fontes teóricas que podem fundamentar as questões da prova.

Ressalta-se, ainda, que o conteúdo cobrado na questão se encontra devidamente previsto no edital, especificamente no tópico “O jogo, o brinquedo e a brincadeira”, que abrange diferentes abordagens teóricas amplamente reconhecidas na área da Educação, incluindo as contribuições de Vygotsky. Dessa forma, a elaboração da questão está em conformidade com o conteúdo programático estabelecido.

Não há fundamentação para anulação da questão, considerando que o tema está contemplado no edital e que a bibliografia não constitui lista exaustiva ou limitadora para a construção dos itens avaliativos.

Importante destacar que a alternativa “C” não pode ser considerada correta, pois enquanto a criança brinca, sua atenção está concentrada na atividade em si e não em seus resultados ou refeitos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois com base no Quadro 1.1 apresentado (Barbosa & Horn, p.20-21), o papel dos alunos nos projetos está claramente indicado como: “Co-partícipe e planejador.” – conforme indicado na alternativa “B”. Isso significa que, dentro da metodologia de projetos, os alunos participam ativamente de todas as etapas — desde o planejamento até a execução — assumindo papel protagonista na construção de conhecimento. No referido quadro, o termo “sujeito da sua aprendizagem” está relacionado ao tema gerador, que é assunto ou problema central que orienta e norteia as atividades educativas.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois de acordo com a obra de Barbosa, p. 106-107:

Ao tratar do planejamento na educação infantil, Nicolau (1996, p. 152) afirma que **“o planejamento deve ser feito com as próprias crianças. Os planos de longo prazo devem ter um caráter genérico e aberto, e os planos semanais e diários, mais fechado”**. A autora considera, ainda, que é importante que, tanto no planejamento como na própria mente do educador, sejam deixados “espaços livres para modificar a sua proposta” (p. 150).

(...)

O horário das refeições deverá ser fixo, facilitando a formação de hábitos. Canções ou sinais dados por instrumentos musicais auxiliam a professora a lembrar às crianças o que dela se espera. Um horário ilustrado pelas crianças com desenho em pintura espontânea servirá ao mesmo fim.

Desse modo, segundo Barbosa, as alternativas “A”, “B” e “C” são incorretas e a única correta é a publicada no gabarito oficial.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

302 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PEI)

QUESTÃO 17

O recurso é improcedente, pois de acordo com o Currículo do Ensino de Educação Infantil, p. 75, “comunicar seus desejos, necessidades, pontos de vista, ideias, sentimentos, informações, descobertas, dúvidas, utilizando a linguagem verbal ou de LIBRAS, entendendo e respeitando o que é comunicado pelas demais crianças e adultos” referem-se ao campo de experiências escuta, fala, pensamento e imaginação.

<p>Escuta, fala, pensamento e imaginação</p>	<p>CONVIVER com crianças, jovens e adultos usuários da sua língua materna, de LIBRAS e de outras línguas, e ampliar seu conhecimento sobre a linguagem gestual, oral e escrita, apropriando-se de diferentes estratégias de comunicação.</p> <p>BRINCAR vocalizando ou verbalizando com ou sem apoio de objetos, fazendo jogos de memória ou de invenção de palavras, usando e ampliando seu repertório verbal.</p> <p>EXPLORAR gestos, expressões corporais, sons da língua, rimas, e os significados e sentidos das palavras nas falas, nas parlendas, poesias, canções, livros de histórias e outros gêneros textuais, aumentando gradativamente sua compreensão da linguagem verbal.</p> <p>PARTICIPAR ativamente de rodas de conversas, de relatos de experiências, de contação de histórias, elaborando narrativas e suas primeiras escritas não-convencionais ou convencionais, desenvolvendo seu pensamento, sua imaginação e as formas de expressá-los.</p> <p>COMUNICAR seus desejos, necessidades, pontos de vista, ideias, sentimentos, informações, descobertas, dúvidas, utilizando a linguagem verbal ou de LIBRAS, entendendo e respeitando o que é comunicado pelas demais crianças e adultos.</p>
---	--

Importante destacar que não há equívoco terminológico no enunciado da questão, tampouco inconsistência capaz de comprometer sua resolução: “direitos de aprendizagem” é um termo adequado e de acordo com a bibliografia: Currículo do Ensino de Educação Infantil, p. 74-75.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 18

O recurso é improcedente, pois a questão menciona “De acordo com Barbosa e Horn, Dewey afirma que ...”, o que se encontra plenamente respaldado na bibliografia indicada no edital: BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 23

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” é a única correta porque, conforme exposto por Kishimoto, o desenvolvimento do senso estético ocorre quando a criança utiliza os objetos de maneira pessoal, criativa e significativa, explorando-os segundo suas próprias referências e experiências. O texto apresentado ilustra esse entendimento ao destacar que a criança expressa sua forma de ver o mundo ao manipular materiais — como blocos e sucatas — atribuindo-lhes novos sentidos a partir de vivências familiares ou cotidianas.

As alternativas “B”, “C” e “D” são incorretas porque descrevem aprendizagens relacionadas a princípios éticos, convivência e autonomia, não ao senso estético. Escolher brinquedos está associado ao desenvolvimento da independência; respeitar o espaço do outro e esperar a vez referem-se à responsabilidade e à convivência democrática. Nenhum desses aspectos caracteriza a construção do senso estético conforme definido pela autora.

Fonte: <https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>. P.10.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 29

O recurso é improcedente, pois conforme o subitem 8.9 do Capítulo VIII (Dos Recursos), **não serão apreciados os recursos que forem apresentados:** 8.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 8.9.2. Fora do prazo estabelecido; 8.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; e 8.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 8.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 8.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois conforme o subitem 8.9 do Capítulo VIII (Dos Recursos), **não serão apreciados os recursos que forem apresentados:** 8.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo; 8.9.2. Fora do prazo estabelecido; 8.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; e 8.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos. 8.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo. (...) 8.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

303 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – PEB I – 1º AO 5º ANO

QUESTÃO 17

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base na obra “Preciso ‘ensinar’ o letramento?”, de Ângela B. Kleiman, na qual a autora afirma, na página 8:

“Uma questão que tem atrapalhado o ensino da língua escrita é a **falsa crença** de que o aspecto mais importante para a aprendizagem da escrita é o **método utilizado**. Com isso, todo novo conceito passa a ser interpretado como uma novidade metodológica”.

O trecho citado demonstra de forma explícita que a falsa crença mencionada pela autora se refere ao **método**, e não ao material didático, ao tempo aplicado ou ao treino constante.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base na publicação da Prefeitura Municipal de Itatiba, “Currículo – Educação de Jovens e Adultos: 1º ao 5º ano”, que na página 11 afirma:

“A Educação de Jovens e Adultos de Itatiba representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de **trabalho e cultura**”.

O trecho evidencia de maneira literal que a EJA, conforme o documento oficial do município, tem como finalidade ampliar o acesso dos estudantes a novas formas de trabalho e cultura, exatamente como descrito na alternativa “A”, única correta. As demais alternativas não correspondem ao texto-base adotado na elaboração da questão.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

304 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – PEB I – EDUCAÇÃO ESPECIAL

QUESTÃO 16

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que, no subtítulo “4. Construindo a inclusão na área educacional”, página 12, afirmam:

“A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como **desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades**”.

O excerto evidencia que a inclusão, na perspectiva das Diretrizes, implica não apenas a presença física do aluno na escola, mas sobretudo a **revisão de concepções e práticas** e o compromisso em **desenvolver seu potencial, respeitando as diferenças e atendendo às necessidades educacionais especiais**.

Embora a alternativa “B” mencione práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e ampliem as oportunidades de aprendizagem – aspecto dentro da perspectiva inclusiva –, ela não corresponde literalmente às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Dessa forma, verifica-se que apenas a alternativa “A” traduz com exatidão a ideia central do documento de referência.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

306 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – CIÊNCIAS

QUESTÃO 17

O recurso é procedente, a questão deverá ter seu gabarito alterado de “B” para “D”.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto, alterando o gabarito da questão 17 de “B” para “D”.

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois, ao que parece, o candidato equivocou-se quando da conferência do gabarito, que segue abaixo para cotejo:

306 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – CIÊNCIAS														
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	A	D	D	A	C	B	B	C	D	A	D	C	C

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

307 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO 17

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir da bibliografia indicada: Itatiba – Secretaria de Educação. Currículo do Ensino Fundamental II. Disponível em: http://www.itatiba.sp.gov.br/templates/midia/secretarias/educacao/publicacoes/curriculo_ensino_fundamental_ii_6o_ao_9o_ano.pdf Em sua página 181, está assim descrito:

“[...] Análise: está associada aos conceitos necessários para entender as características e funcionamento das práticas corporais (saber sobre). Essa dimensão reúne conhecimentos como a classificação dos esportes, os sistemas táticos de uma modalidade, o efeito de determinado exercício físico no desenvolvimento de uma capacidade física, entre outros.

Compreensão: está também associada ao conhecimento conceitual, mas, diferentemente da dimensão anterior, refere-se ao esclarecimento do processo de inserção das práticas corporais no contexto sociocultural, reunindo saberes que possibilitam compreender o lugar das práticas corporais no mundo. Em linhas gerais, essa dimensão está relacionada a temas que permitem aos estudantes interpretarem as manifestações da cultura corporal de movimento em relação às dimensões éticas e estéticas, à época e à sociedade que as gerou e as modificou, às razões da sua produção e transformação e à vinculação local, nacional e global”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 19

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir da bibliografia indicada: DAÓLIO, J. Cultura: Educação Física e Futebol. Campinas: Editora Unicamp, 1997. O enunciado da questão, logo no início deixa claro que o interesse é sobre o que pensa o autor Jocimar Daolio. Ao longo de toda a sua obra, ele faz referência, comentários e coloca restrições ao aspecto biológico. Na página 92, afirma que:

“Queremos partir da consideração da tradição cultural da educação física escolar, reconhecendo os valores, muitas vezes inconscientes, que dão suporte e sentido à sua prática, fazendo parte do imaginário social da área e de seus profissionais. Talvez o principal aspecto desta tradição seja a consideração do homem como uma entidade de natureza exclusivamente biológica e seu corpo constituído por um conjunto de músculos, ossos e articulações, passíveis de treinamento e possíveis de melhor rendimento”.

Ainda dando suporte e corroborando com o que foi dito, tomamos outra obra de Daolio (DAOLIO, Jocimar.

Da cultura do corpo. 13. ed. Campinas SP: Papirus, 2010) que, em sua conclusão, discorre sobre uma educação física plural. Ao longo de todo o texto do capítulo, ele aponta problemas (revisando o que já havia sido dito em outros capítulos). Dentre eles:

“Os corpos, embora com uma base biológica semelhante, foram e continuam a ser construídos diferentemente em cada sociedade, segundo os padrões gerais da sua cultura e respeitando as especificidades de classe social, de religião, de grupo etc.”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 23

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: questões e reflexões. Topazio, 1999. Páginas 9 e 10. Este texto foi adaptado em cima de um texto existente. Segue-o integralmente:

“[...] O livro Educação Física e Sociedade, publicado em 1991, levanta as primeiras considerações sobre a Educação Física dentro da abordagem sistêmica. Nos trabalhos realizados pelo autor notam-se as influências de estudos nas áreas da sociologia, da filosofia e, em menor grau, da psicologia. Betti (1991) considera a teoria de sistemas, defendida em grande medida por Bertalanffy e Koestler (citados por Betti, 1991), como um instrumento conceitual e um modo de pensar a questão do currículo de Educação Física. [...] o autor trabalha com os conceitos de hierarquia, tendências auto afirmativas e auto integrativas. [...] Para a abordagem sistêmica existe a preocupação de garantir a especificidade, na medida em que considera o binômio corpo/movimento como meio e fim da Educação Física escolar. [...] O autor ressalta que a função da Educação Física na escola não está restrita ao ensino de habilidades motoras, embora sua aprendizagem também deva ser entendida como um dos objetivos, e não o único, a serem perseguidos pela Educação Física Escolar. [...] Para isto não basta aprender habilidades motoras e desenvolver capacidades físicas que, evidentemente, são necessárias em níveis satisfatórios para que o indivíduo possa usufruir dos padrões e valores que a cultura corporal/movimento oferece após séculos de civilização. [...] Alguns princípios derivados desta abordagem foram apresentados por Betti (1991). O mais importante é denominado princípio da não-exclusão, segundo o qual nenhuma atividade pode excluir qualquer aluno das aulas da Educação Física. Este princípio tenta garantir o acesso de todos os alunos às atividades da Educação Física”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada a partir de GUSTSACK, F.; VIEGAS, M. F.; BARCELOS, V. (Org.). Educação de Jovens e Adultos: saberes e fazeres. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, página 116. No enunciado, há uma informação muito importante: “fase inicial”. Está escrito no próprio texto:

“O momento inicial é desafiante porque esses alunos e alunas nos obrigam a enxergá-los (as). A atenção sobre eles (as) cresce na medida que conhecemos suas histórias, o que possibilita tornar essa oportunidade única na vida de jovens adultos analfabetos que foram excluídos(as) ou mesmo não tiveram acesso à escola na idade própria.” É preciso conhecer a história de cada um para que o convencimento seja efetivo e depois, dissipado.

Importante destacar que a obra supracitada está na bibliografia indicada para este concurso, bem como o tema (Ensinar na diversidade etária (jovens, adultos e idosos na mesma sala)).

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois a questão foi a partir de BIEDRZYCKI, Beatriz P.; CAYRES-SANTOS, Suziane U.; SILVA, Juliano Vieira da; et al. Metodologia do Ensino da Educação Física. Porto Alegre: SAGAH, 2020.p.209 a 213.

Importante reforçar que a bibliografia é uma sugestão, visto que consta no edital como “bibliografia sugerida”, portanto, importante a leitura de outros autores como suporte referencial.

Esta obra faz parte da coletânea Minha Biblioteca, portal presente na maioria das bibliotecas do ensino superior brasileiro e, de acordo com os autores:

“[...] Ações de caráter simultâneo: nas lutas, realizam-se ações tanto de defesa quanto de ataque de forma simultânea — não há diferenciação no espaço e no tempo dessas ações. Ataque e defesa ocorrem a todo instante e podem surgir tanto de uma pessoa quanto da outra, sendo necessário sempre manter a atenção.

Enfrentamento físico: toda luta exige certo nível de enfrentamento e contato entre as pessoas, que varia conforme a modalidade. O enfrentamento pode ser direto, quando se utiliza o corpo, como no jiu-jitsu, ou indireto, quando se utilizam implementos — como espadas, no caso da esgrima”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

309 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – HISTÓRIA

QUESTÃO 19

O recurso é improcedente, pois era necessário compreender que o currículo dos Anos Finais não possui a estrutura de complexificação do “eu” para o coletivo, ação que é demandada nos Anos Iniciais, tanto no documento curricular da Itatiba, quanto na BNCC.

No documento curricular de Itatiba é apresentado que nos anos finais diz que:

“(...) as habilidades trabalhadas entre o 6º e o 9º ano foram organizadas segundo o eixo cronológico, partindo do surgimento do ser humano, no início do 6º ano, e chegando à história recente do Brasil e do mundo ao final do 9º ano.” (ITATIBA, 2020, p. 120).

A própria observação dos conteúdos do 6º ano demonstra que já se trabalha dimensões coletivas, com os estudos de civilizações antigas. Mesmo no Unidade Temática “O que é história?” os Objeto de Conhecimento e as Habilidades não tangenciam a ideia de uma história individual, mas já de uma complexificação de noção coletiva de história.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 22

O recurso é procedente, a questão deverá ter seu gabarito alterado de “B” para “D”.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto, alterando o gabarito da questão 22 de “B” para “D”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

310 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – INGLÊS

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, uma vez que as demais alternativas estão incorretas e que a questão não versava sobre ortografia, portanto, erros de digitação não impedem a realização da questão.

A alternativa “A” não está correta porque as doenças que foram detectadas não eram novas para a ciência, apenas não haviam sido detectadas anteriormente naquele contexto.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a matéria consta no conteúdo programático indicado em Edital, como pode ser verificado abaixo:

A partir das funções e noções de linguagem: The idea that language is not grammar, phonology and vocabulary alone, but a set of communicative tools (functions and notions), which can only be properly learned within communicative situations. Functions: what people want to do with language. Notions: what meanings people want to put across with language. Functions and Notions: Imparting and seeking factual information – identifying, reporting – including describing and narrating, correcting, asking. Expressing and finding out intellectual attitudes – expressing agreement and disagreement: inquiring about agreement or disagreement; denying something, accepting an offer or invitation; declining an offer or invitation; inquiring whether offer or invitation is accepted or declined; offering to do something; expressing and finding out emotional attitudes; expressing and inquiring about pleasure, liking; expressing an inquiring about displeasure, dislike; expressing and inquiring about surprise, home, satisfaction, dissatisfaction; expressing and inquiring about intention; expressing and inquiring about want and desire. Expressing and finding out moral attitudes: apologizing; expressing appreciation. Getting things done (suasion) suggesting a course of action; requesting, inviting, or advising others to do something; warning others to take care or to refrain from doing something; instructing or directing others to do something. Socializing: to greet people; when meeting people; when introducing people and being introduced. Educação de Jovens e Adultos: processo histórico e concepções. **Organização curricular na EJA. Ensinar na diversidade etária (jovens, adultos e idosos na mesma sala).**

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

311 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – MATEMÁTICA

QUESTÃO 21

O recurso é improcedente, pois uma roda gigante gira com velocidade constante e demora 2 minutos e 15 segundos para completar uma volta. Supondo que ela funcione ininterruptamente, o tempo que ela levará para completar 12 voltas é igual a “:

1. Em forma decimal, 2 minutos e 15 segundos = 2 minutos + (15/60) minutos = **2,25 minutos**;
2. Logo, ela demora 2,25 minutos para dar 1 volta
3. Logo, para dar 12 voltas, ela levará $12 \cdot 2,25 = 27$ **minutos**, conforme alternativa “B”.

Ademais, segue o gabarito oficial para cotejo, pois, ao que parece, o candidato equivocou-se quando da conferência do gabarito.

311 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – MATEMÁTICA														
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	C	A	D	B	A	D	D	A	D	A	D	B	C

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 27

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 27, anulando-a.

312 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB II – LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “C”, mas sem fundamentação. No poema destacado, Castro Alves utiliza versos livres, sem nenhuma observância a metragens rigorosas, como postula o candidato.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois o candidato pede a anulação da questão, alegando não haver alternativa correta. Entretanto, sua alegação não procede. O termo “silêncio”, empregado no verso destacado, é um verbo imperativo. Os termos “tanto” e “se” são, respectivamente, um advérbio e um pronome. Portanto, essas classificações correspondem à alternativa “C”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois o candidato pede anulação da questão, alegando não haver alternativa correta. Entretanto, sua alegação não procede. Todas as características apresentadas na alternativa “A” correspondem ao resumo enquanto gênero textual. Portanto, esta alternativa está correta, conforme estabelece o gabarito.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “D”, mas sem fundamentação. De acordo com o Currículo do Ensino Fundamental II, do município de Itatiba, a coesão nominal é uma das características dos gêneros textuais (pg. 29). Isto torna a alternativa “A” correta, conforme o gabarito oficial. As características apresentadas pelas outras alternativas não se encontram no Currículo em tela.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social